

## **Papel dos antropologistas forenses: Uma revisão da situação do Brasil**

**Andressa Carvalho de Oliveira**

Pós-graduada em Perícia criminal e judicial

Instituição: Gran Centro Universitário

E-mail: andressacarvalho2099@gmail.com

### **RESUMO**

A antropologia forense tem passado por um processo de ganho de importância no Brasil, por exemplo, no contexto de desastres de massa, de pessoas desaparecidas e de investigações criminais. Um dos alicerces do papel do antropologista forense é a identificação, o Brasil não foge dessa regra. Em diferentes localidades no globo terrestre, vem sendo estudado o papel do antropologista forense em sua localidade, como na Tailândia e na Austrália. Nesse contexto, esse manuscrito científico se propõe a analisar o papel do antropologista forense no Brasil, com o objetivo de descrever os principais papéis da profissão no território brasileiro, tornando mais claro similaridades e divergências da profissão em comparação a outros países. O presente estudo se propõe a ser uma revisão de literatura sistemática e integrativa seguida a partir de protocolo próprio pré-estabelecido. Pesquisou-se nas bases de dados PubMed (MEDLINE) e LILACS complementada por meio de pesquisa complementar. Encontrou-se a partir dessas buscas no PubMed e na LILACS um número (n) inicial de 104 estudos. Retirada duplicatas, ficou-se com 99 estudos. Após leitura de títulos e resumos, excluiu-se 85 estudos, restando 14 artigos para leitura completa. Por fim, excluiu-se 13 estudos, sobrando 1 artigo, com a busca complementar, incluiu-se mais 5 estudos pertinentes, obtendo um somatório de “n” final de 6. A partir dos resultados combinadas com a discussão, foi possível notar que os antropologistas forenses no Brasil desempenham papéis essenciais na identificação de pessoas desaparecidas, tanto em contextos criminais quanto de desastres de massa. Nota-se um crescente ganho de relevância da área no Brasil, mas ainda com desafios estruturais. Considera-se que são necessários mais investimentos para manter a crescente e superar os desafios ainda existentes quanto a infraestrutura da antropologia forense no Brasil. Os resultados desse estudo devem ser interpretados à luz de suas limitações, o que inclui a não realização de análise de qualidade e o não pareamento da análise. Há necessidade de novas revisões sistemáticas sobre o tema, considerando uma abordagem de revisão pareada e com análise de qualidade a fim de maior rigidez científica e qualidade na síntese das evidências.

**Palavras-chave:** Antropologia Forense. Papel (Figurativo). Desastre de Massa. Identificação de Vítimas. Brasil.

### **1 INTRODUÇÃO**

A raça humana tem diferentes identidades e variações por si própria, por exemplo, a identificação de um indivíduo por técnicas e características do arcabouço dentário ou por métodos e individualidades esqueléticas caracterizam, respectivamente, a odontologia forense e a antropologia forense (JAYAKRISHNAN; REDDY; VINOD KUMAR, 2021). Áreas que estão em crescimento, visto os avanços tecnológicos e a impossibilidade em certas ocasiões do uso de outros métodos de identificação devido a menor disponibilidade restos humanos (JAYAKRISHNAN; REDDY; VINOD KUMAR, 2021). Sendo o processo de identificação a base por trás dos diversos papéis desempenhados pelo antropólogo forense.



Um desastre de massa, foi definido como:

Uma grave interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais, econômicas e/ou ambientais generalizadas que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação, conforme destacado pela *United Nations International Strategy for Disaster Reduction* (2018) (DE BOER et al., 2018).

Nesse contexto, um dos grandes papéis do antropologista forense tá em, através de métodos científicos e sistematizados, identificar restos humanos das vítimas. Afinal, a identificação das vítimas desses eventos é considerada um importante sinal de respeito não apenas pelos falecidos, mas também pelos familiares e amigos dos sobreviventes (DE BOER et al., 2018). Além disso, a identificação pode ser exigida legalmente, por exemplo, para auxiliar processos criminais ou facilitar a resolução de propriedades e/ou heranças (DE BOER et al., 2018).

A preparação para desastres e/ou fatalidades em massa está evoluindo como uma disciplina (WIERSEMA; WOODY, 2016). Trabalhos significativos de campo, necrotério e laboratório realizados por uma variedade de profissionais ocorreram em resposta a desastre em escala global ao redor do mundo em muitos contextos, incluindo investigação de direito humanos, desastres naturais e causados pelo homem, e investigações de incidentes terroristas nas últimas duas décadas (WIERSEMA; WOODY, 2016). Demonstrando o porquê do ganho de importância do papel do antropologista forense nos últimos tempos. Desastres de massa em larga escala resultaram num subsídio literário que permitiu e orientou a criação de departamentos e comitês para agir diante desses incidentes, tais como o da INTERPOL e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (WIERSEMA; WOODY, 2016).

Diferentes países e localidades vem estudando o papel da antropologia forense em desastres ou outros eventos que pertencem a sua história, analisando a partir da perspectiva de sua região. A antropologia forense se estabeleceu por volta da década de 1940, quando antropólogos físicos foram contratados por agências governamentais e legais para auxiliar a identificação de restos humanos desconhecidos (TRAITHEPCHANAPAI; MAHAKKANUKRAUH; KRANIOTI, 2016). Como é de se esperar, países que sofreram desastre em massas, como o atentado ao *World Trade Center* (11 de setembro de 2001, Estados Unidos da América) ou guerras nacionais ou civis (por exemplo, como ocorreu na Argentina e na Venezuela), reconheceram mais precocemente o valor dos antropólogos forenses como parte vital de equipes interdisciplinares na análise de restos humanos em desastres de massa (TRAITHEPCHANAPAI; MAHAKKANUKRAUH; KRANIOTI, 2016). A perspectiva tailandesa, advém inicialmente especialmente ao desastre de massa oriundo do tsunami de 2004 na Tailândia, catástrofe natural, que indicou claramente a falta de expertise em um país desesperadamente necessitado de serviços para identificar grande número de vítimas e restos humanos simultaneamente (TRAITHEPCHANAPAI; MAHAKKANUKRAUH; KRANIOTI, 2016).

Outro estudo realizou uma pesquisa científica na Suíça a fim de explorar o nível de conhecimento e a percepção sobre a antropologia forense entre outros profissionais forenses, policiais e promotores de justiça (SIEBKE et al., 2023). O estudo explora que a antropologia forense ainda é pouco conhecida e pouco utilizada no país, porém há um reconhecimento crescente do seu potencial e valor, especialmente em casos de restos humanos esqueletizados ou altamente decompostos (SIEBKE et al., 2023). Na Austrália, um artigo científico descreve as funções e processos de investigação de mortes médico-legais em Victoria, Austrália (RANSON; BUGEJA, 2017). Na perspectiva australiana a colaboração entre antropólogo forenses, patologistas e o sistema de medicina legal é essencial para a identificação de vítimas em desastres de massa e outros casos complexos (RANSON; BUGEJA, 2017).

Sob tal ótica, o processo de identificação forense de restos humanos permanece sendo um papel crucial e contributivo dos antropologistas forenses na investigação de mortes em variados contextos e em variados países (WIERSEMA, 2016). No Brasil, a antropologia forense integra-se profundamente à medicina legal, juntas desempenhando papel fulcral na identificação de restos humanos, por exemplo, em desastres de massa, e na elucidação de crimes (ANA CAROLINA BRITO et al., 2024). No que tange à desastre de massa, há duas tragédias que entraram para história brasileira, as tragédias de Mariana e Brumadinho. No dia 05 de novembro de 2015, o Brasil viveu sua maior tragédia ambiental com o rompimento da barragem de fundão em Mariana e, pouco tempo depois, em 25 de janeiro de 2019, viveu sua maior tragédia social, que foi o rompimento da Barragem do córrego do Feijão, ambas representantes de terrível impacto socioambiental, com mortes, destruição vegetal e poluição (ROCHA, 2021). Onde, após as buscas de socorro e resgate, o papel do antropologista forense tornou-se pauta crucial no papel de identificação humana desses importantes desastres em massa brasileiros.

Diante do exposto, o objetivo primário do presente manuscrito científico é expor os principais papéis do antropologista forense no Brasil. Com isso, documentar similaridades ou divergências da profissão em comparação a outros lugares do mundo, tornando mais claro os papéis desse profissional no território brasileiro.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão de literatura estruturada de acordo a um protocolo próprio escrito previamente ao início da revisão, que leva a uma pesquisa sistemática e integrativa da literatura existente a respeito do assunto de pesquisa.

### **2.1 PERGUNTA DE PESQUISA**

Utilizou-se o mnemônico PCC (P - população/participantes, C - conceito e C - contexto) para a construção da seguinte pergunta de revisão: “Quais são os papéis dos antropologistas forenses no Brasil?”

## 2.2 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

**Participantes:** foram incluídos todos os tipos de estudos nos quais antropologistas forenses prestaram serviços de saúde à população durante o enfrentamento de desastres de massa.

**Conceito:** o conceito se baseou nos papéis dos antropologistas forenses desenvolvidas em território brasileiro. Incluindo vivências e problemáticas atuais ou históricas, inclusive no contexto de desastres de massa ou de pessoas desaparecidas.

**Contexto:** Limitou-se aos estudos a respeito do papel do antropologista forense nos últimos 10 anos, no período de 2014 a 2024. Estudos fora do recorte temporal não foram considerados.

**Tipos de fontes:** esta revisão de literatura considerou estudos primários (pesquisas originais) e secundários (revisões sistemáticas e não sistemáticas) publicados, ou não publicados, em portais, repositórios e bases de dados nacionais e internacionais. Estudos duplicados, sem texto completo e resumos publicados em anais de eventos não foram considerados.

**Estratégia de busca:** inicialmente, foram identificados descritores controlados (MeSH e DeCS) e não controlados, pensados a partir das palavras-chaves da pergunta de pesquisa, utilizados para a construção da estratégia de busca inicial, como “Identification”, “Mass disaster”, “Antropologia Forense”, “Forensic Anthropology”, “Role”, Brasil e “Brazil”. Através da experimentação foi feito o refinamento da sintaxe e a adaptação das estratégias de busca para cada base ou repositório de dados utilizada, por exemplo, no PubMed com as sintaxes "(Role) AND (Forensic anthropology) AND (Brazil)" e "(Forensic Anthropology"[Mesh]) AND ("Brazil"[Mesh])", na LILACS com a sintaxe "Antropologia Forense AND Brasil". A pesquisa baseou-se em duas bases de dados, PubMed e LILACS (via BVS). Além da pesquisa em bases de dados formais, foi realizada uma investigação complementar, incluindo sintaxes de busca em periódicos e revistas científicas, a fim de enriquecer a compreensão do tema. Não foram pesquisadas bases de dados *preprint*.

**Seleção e triagem de estudos:** a etapa de seleção ocorreu em junho de 2024 e, após as buscas, todos os registros identificados foram agrupados. A primeira etapa consistiu na remoção das duplicatas; em seguida a etapa de leitura de título e resumo. Em última instância, a análise do texto completo e das referências dos artigos selecionados. Os títulos e resumos, assim como os estudos oriundos das listas de referências, foram selecionados por um pesquisador independente, que avaliou os estudos de acordo com os critérios de elegibilidade.

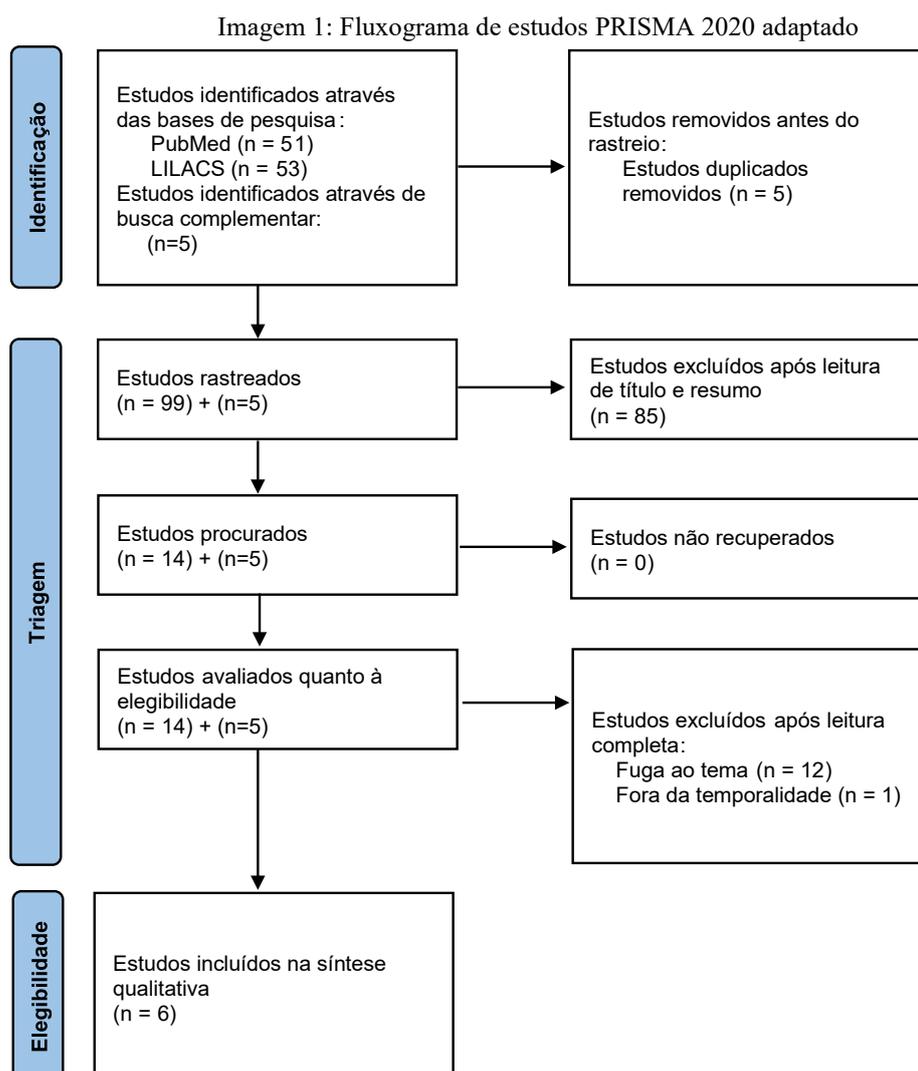
Os critérios de exclusão desta revisão de literatura foram: estudos fora da temática abordada, seja por não tratarem do papel do antropologista forense e/ou não abordarem este no contexto do Brasil; estudos fora do recorte temporal, ou seja, antes de 2014; estudos duplicados ou sem texto completo; e resumos publicados em anais de eventos.

**Extração de dados:** os dados gerais, relacionados à identificação dos estudos, e os específicos,

relacionados a participantes, conceito e contexto, foram coletados por meio de instrumento específico de extração de dados, desenvolvido sob forma de planilha do Microsoft Excel, em alinhamento com o objetivo da revisão. Assim, os dados extraídos incluíram autor principal, ano de publicação, título, país, revista e os conceitos de interesse da pesquisa. Cabe destacar que não houve necessidade de requisitar quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos sobre os dados para com os autores dos artigos incluídos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das estratégias de buscas no PubMed e na LILACS realizadas obteve-se inicialmente um número (n) de 104 estudos. Em seguida, retirou-se artigos duplicados, ficando-se com 99 estudos. Após, leitura de títulos e resumos, excluiu-se 85 estudos, restando 14 manuscritos para leitura completa. Por fim, após leitura completa, exclui-se 13 estudos ficando um “n” de 1 artigo. Realizou-se busca complementar, que levou a inclusão de mais 5 estudos pertinentes ao presente manuscrito científico. Assim, o somatório de artigos finais elegíveis para serem analisados foi n=6.





A respeito das características dos estudos, notou-se que o intervalo de tempo entre o mais antigo e o mais novo foi entre 2016 e 2024. A procedência dos autores principais, em todos os casos encontrados, era do Brasil, assim como, o enfoque dos estudos era sobre a população brasileira, o que demonstra a comoção brasileira em entender melhor a antropologia forense no Brasil.

Um dos estudos trazia a abordagem do antropologista forense na resolução de casos de pessoas desaparecidas e tráfico de seres humanos por meio de técnicas para identificar e recuperar restos humanos (CALMON, 2019). O artigo coloca em pauta o fenômeno de pessoas desaparecidas no século XXI e as problemáticas que ainda se tem de uma perspectiva brasileira e, nesse contexto, o antropologista forense no Brasil desempenha papel primordial de, através de técnicas e métodos científicos e sistemáticos, auxiliar na identificação dessas pessoas (CALMON, 2019).

Sabe-se que há diversas formas de identificação, classicamente associa-se o papel do antropologista forense a através de técnicas e métodos usando restos humanos, especialmente o esqueleto, identificar uma pessoa, o que não é de todo errado, porém apesar do papel central girar em torno da identificação, esta pode se dar por diferentes métodos, como por auxílio da tomografia computadorizada, fotogrametria, modelagem e escaneamento 3D, cada uma com suas minúcias e aplicações. Um estudo brasileiro discute a técnica de reconstrução facial na antropologia forense no Brasil, destacando sua importância na identificação de restos humanos (ANA CAROLINA BRITO et al., 2024).

Além da identificação de pessoas em crimes ou desaparecimentos de pessoas isoladas, o antropologista forense também atua em desaparecimentos coletivos, tal como ocorre em desastres de massa. Um estudo analisou os impactos socioambientais das tragédias ocorridas nas barragens de Mariana em 2015 e nas barragens de Brumadinho em 2019, que se tornaram marcos históricos de desastres de massa no Brasil (ROCHA, 2021). Perante isso, o antropologista forense assumiu papel fundamental na identificação de restos humanos a fim de devolvê-los as suas respectivas famílias como forma de dignidade a quem perdeu seus entes queridos nesses terríveis desastres, exemplificando mais um papel do antropologista forense brasileiro.

A antropologia forense no Brasil, está vindo à tona por diversas razões, dentre ela seu papel em desastres de massa e casos criminais, além disso, cresce também em estrutura, estima-se que haja pelo menos 34 instituições onde são feitas investigações na área, e na academia, com, por exemplo, a criação da primeira revista dedicada a antropologia forense no Brasil "*Brazilian Journal of Forensic Anthropology & Legal Medicine*" (CUNHA, 2019). Contudo, o país ainda carece de estrutura em muitos lugares, no Estado do Pará há estruturas para estudo bioantropológico de esqueletos no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (COLAF) em Belém, demonstrando déficit, o que é corroborado pelo fato de baixos índices de peritos nessa área (média de 2,5 peritos por estado) e apenas 62,5% dos estados possuindo laboratórios específicos (SILVA, 2016).

Todos esses papéis importantes da antropologia forense são destacados por outro estudo brasileiro, que aponta esta como crucial na identificação de vítimas em casos de desastres de massa, crimes e situações de desaparecimento, que junto do déficit, reforça a necessidade de maiores investimentos em formação e tecnologia para melhor a eficácia das identificações (GARCIA, 2020). E grandes sociedades como a *Forensic Anthropology Society of Europe* (FASE) compartilha a posição trazida pelos estudos brasileiros, como o papel crucial na identificação de restos humanos, em especial, nos casos esqueletizados, e também orienta a necessidade de sistematização, infraestrutura adequada e formação contínua para fortalecer ainda mais a área (DE BOER et al., 2020). Em última instância, cabe dizer que com a modernidade vem surgindo novos papéis para o antropologista forense, tal como a antropologia forense molecular que se destaca na presença de restos esqueléticos e outras análises não podem ser realizadas (PILLI, 2022).

A realização desse artigo científico, justificou-se na necessidade de mapeamento da profissão, visto que apesar de ser uma área estabelecida em outros países, a antropologia forense no Brasil ainda está em crescimento, sendo de grande valia mapear o estado atual da profissão, identificando os principais papéis, responsabilidades e desafios enfrentados pelos antropologistas forenses brasileiros, com isso, preenchendo lacunas de conhecimento sobre o tema através de uma visão integrativa e sistemática.

Uma das limitações da pesquisa foi a realização da revisão sem fazer pareamento, com isso, aumentando a probabilidade de vieses relacionados à seleção, contribuindo para comparação inadequada dos estudos. Outra limitação foi a não realização de avaliação de qualidade dos artigos incluídos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente revisão integrativa e sistemática a respeito dos papéis do antropologista forense no Brasil coloca em pauta a importância crescente dessa especialidade no contexto brasileiro. Demonstrou-se que os antropologistas forenses brasileiros desempenham funções primordiais numa investigação forense, como a identificação de pessoas desaparecidas, identificação de pessoas no contexto de crimes e identificação de pessoas após desastres de massa. Assim, torna-se claro que o papel primordial desse profissional gira em, a partir de métodos e técnicas científicas, identificar seres humanos, por exemplo, com métodos antropológicos validados, com tomografias computadorizadas e outras tecnologias.

Contudo, apesar dessa crescente da antropologia forense, esta no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, baixo número de peritos especializados e apenas 62,5% dos estados possuindo laboratórios dedicados a área. Sob tal ótica, esses percalços precisam ser superados, por exemplo, através de maiores investimentos a fim de impulsionar esta crescente pela qual a antropologia forense está passando (SILVA, 2016).



## REFERÊNCIAS

JAYAKRISHNAN, J. M.; REDDY, J.; VINOD KUMAR, R. B. Role of forensic odontology and anthropology in the identification of human remains. *Journal of Oral and Maxillofacial Pathology : JOMFP*, v. 25, n. 3, p. 543–547, 2021. 2- United Nations International Strategy for Disaster Reduction: United Nations; 2018.

DE BOER, H. H. et al. The role of forensic anthropology in disaster victim identification (DVI): recent developments and future prospects. *Forensic Sciences Research*, v. 4, n. 4, p. 1–13, 2 out. 2018.

WIERSEMA, J. M.; WOODY, A. The Forensic Anthropologist in the Mass Fatality Context. *Academic Forensic Pathology*, v. 6, n. 3, p. 455–462, set. 2016. 5- TRAITHEPCHANAPAI, P.; MAHAKKANUKRAUH, P.; KRANIOTI, E. F. History, research and practice of forensic anthropology in Thailand. *Forensic Science International*, v. 261, p. 167.e1–167.e6, abr. 2016.

SIEBKE, I. et al. Awareness of forensic anthropology in Switzerland: a survey among forensic practitioners, police, and prosecutors. *International journal of legal medicine*, 15 nov. 2023.

RANSON, D. L.; BUGEJA, L. Medicolegal Death Investigation: Coroner and Forensic Pathology Functions and Processes in Victoria, Australia. *Academic Forensic Pathology*, v. 7, n. 4, p. 567–581, dez. 2017. 8- WIERSEMA, J. M. Evolution of Forensic Anthropological Methods of Identification. *Academic Forensic Pathology*, v. 6, n. 3, p. 361–369, set. 2016. 9- ANA CAROLINA BRITO et al. Reconstrução facial na Antropologia Forense no Brasil sob a perspectiva da Medicina Legal. *Revista Brasileira de Criminalística*, v. 13, n. 1, p. 135–142, 27 mar. 2024.

ROCHA, L. C. As Tragédias de Mariana e Brumadinho: *Caderno de Geografia*, v. 31, n. 1, p. 184–184, 8 fev. 2021.

CALMON, M. Forensic anthropology and missing persons: A Brazilian perspective. *Forensic Science International*, v. 298, p. 425.e1–425.e6, maio 2019. 12- CUNHA, E. Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 2, p. 30–34, abr. 2019.

SILVA, M. A. M. Ossos do ofício: estudo acerca da antropologia forense no estado do Pará entre 1999 e 2015. *Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará*, 16 jun. 2016.

GARCIA, P. O papel da Antropologia Forense na identificação da população brasileira. *Identidades brasileiras - Unifesp EntreTeses*, p. 66–69, out. 2020. 15- DE BOER, H. H. et al. Strengthening the role of forensic anthropology in personal identification: Position statement by the Board of the Forensic Anthropology Society of Europe (FASE). *Forensic Science International*, v. 315, p. 110456, out. 2020.

PILLI, E. Role of the Molecular Anthropologist in the Forensic Context. *Springer eBooks*, p. 375–394, 1 jan. 2022.